

OFÍCIO Nº 014/2026 – SINPOL-DF

Brasília, 27 de janeiro de 2026.

Ao senhor

RODRIGO RAMOS GONÇALVES**Diretor-Presidente**

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS
SCS Setor Comercial Sul – Quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate
70.308-200, Brasília-DF
presidencia@inas.df.gov.br

Assunto: Diagnóstico de Gargalos Assistenciais, Questionamentos sobre Descredenciamento e Solicitação de Reunião

Senhor Presidente,

O Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal – SINPOL/DF, no exercício de sua representação constitucional e legal, dirige-se a Vossa Senhoria para apresentar os resultados do **Mapeamento e Triagem de Demandas Assistenciais e Cirúrgicas**, realizado junto aos beneficiários do plano de saúde (GDF Saúde/INAS). O levantamento documental, cujos dados detalhados e comprovantes seguem em anexo, revela um cenário crítico que ultrapassa a mera burocracia e atinge a dignidade do servidor policial civil. Diante das evidências colhidas, pontuamos os seguintes gargalos urgentes:

1. A “Falsa Autorização” (Autorização Parcial) e Negativa de Materiais:

Identificamos uma prática sistêmica de emissão de "Autorização Parcial". O Instituto autoriza o procedimento cirúrgico e a internação, mas nega ou substitui os materiais (OPME) solicitados pelo médico assistente sem a devida justificativa técnica ou submissão à Junta Médica presencial.

Conforme planilha anexa, há casos de beneficiários com cirurgias ortopédicas e neurológicas aprovadas "no papel", mas inviabilizadas na prática pela recusa dos materiais essenciais, gerando filas de espera virtuais e agravamento do quadro clínico.

2. O Impasse Comercial: "Pacote" vs. "Itemizado".

Os relatos comprovam que o servidor está sendo utilizado como instrumento de pressão comercial. Diversas clínicas credenciadas estão recusando o atendimento sob a alegação de que o INAS autoriza via "pacote" (valor fechado), enquanto o prestador exige o faturamento "itemizado".

O policial recebe a autorização do INAS, mas, ao chegar na clínica, tem o agendamento recusado. O beneficiário fica desassistido em meio a uma divergência contratual entre o Instituto e a Rede, situação inaceitável para um serviço de natureza contributiva.

3. Descumprimento de Prazos Legais (ANS)

O mapeamento identificou solicitações de cirurgias e procedimentos de alta complexidade (ex: cardiologia e coluna) aguardando análise há mais de 90 dias (casos pendentes desde setembro e novembro de 2025), violando flagrantemente os prazos máximos de atendimento estipulados pela regulamentação do setor (21 dias úteis).

4. Do Descredenciamento e Risco de Desassistência

Reiteramos nossa profunda preocupação com o desligamento de 226 prestadores a partir de janeiro de 2026. Somado aos problemas supracitados, a redução da rede sem um plano de contingência claro agravará o cenário de desassistência.

DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto e da gravidade documentalmente comprovada, o SINPOL-DF
REQUER:

1. **Análise Prioritária:** A imediata análise e resolução dos casos listados na planilha anexa, com prioridade para os pacientes que aguardam há mais de 30 dias e para as situações de "autorização parcial";
2. **Fiscalização dos Prestadores:** Que o INAS notifique as clínicas citadas no relatório que estão recusando o atendimento via "pacote", garantindo o cumprimento do contrato vigente para que o servidor não seja penalizado;
3. **Agendamento de Reunião em Caráter de Urgência:** Solicitamos audiência entre a Diretoria do Sinpol-DF e a Presidência deste Instituto para entrega oficial deste dossiê e discussão de soluções conjuntas.

Seguem anexos:

- Planilha analítica com os dados dos beneficiários, datas de solicitação e status das negativas;
- Cópias dos relatórios médicos e prints dos sistemas comprovando os atrasos e as negativas de materiais.

Certos de que a saúde do servidor policial civil é prioridade também para esta gestão, aguardamos retorno breve.

Respeitosamente,



ENOQUE VENÂNCIO DE FREITAS
Presidente SINPOL-DF